Número	Localização			Natureza	Pisos		Área (metros quadrados)		Artigo matricial	Valor patrimonial (euros)	Valor venal (euros)	Licenças (artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 199/2004)
	Endereço	Freguesia	Concelho		Ac. solo	Caves	Coberta	Descoberta				
148	Avenida de Berna, 26	Nossa Senhora de Fátima	Lisboa	Urbano	7		785,90	860,10	1973	1 564 389,82	2 100 000	Isento.
240	Rua do Capitão Plácido de Abreu, 4	Amadora	Amadora	Urbano	6	1	223	-			814 200	Isento.
248	Rua de Angra do Heroísmo, sem número de polícia, Mealhada.	—	Loures	Urbano	4	1	157	-			412 800	Isento.
249	Avenida de Marcos Portugal, 90	Cruz de Pau	Seixal	Urbano	2	1	353	406			732 000	Isento.
250	Rua dos Lusíadas, 24	Queruz	Sintra	Urbano	5		254	-			619 200	Isento.
251	Rua projectada à Rua do Dr. Álvaro de Vasconcelos.	Portela	Sintra	Urbano	5	1	268	-	2653-A	nd	831 000	Isento.

Em relação à listagem n.º 217-A/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 26 de Novembro de 2004, foram retirados os imóveis com os n.ºs 123, 205/206, 235, 239, 242, 247 e 250, entretanto registados.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho conjunto n.º 13/2006. — Nos termos da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 321/2002, de 31 de Dezembro, na redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 115/2004, de 15 de Maio, sob proposta do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, determina-se o seguinte:

1 — É nomeada no cargo de vogal não executivo do conselho directivo do Fundo Remanescente do Chiado a licenciada Maria Dulce de Jesus Moura.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

6 de Dezembro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Maria Dulce Moura, nascida em 1965. Licenciada em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — ISCTE. Pós-graduada em 'Urbanisme et Amenagement du Territoire' na Université Catholique De Louvain (Bruxelas).

Desenvolveu actividade profissional na Câmara Municipal de Lisboa na área do planeamento e reabilitação urbana. Foi docente no Departamento de Ciências Sociais na Faculdade de Arquitectura.

Foi investigadora principal no Centro de Estudos Territoriais (centro de investigação associado do ISCTE). Foi membro do conselho da revista *Cidades. Comunidades e Territórios*.

Coordenou diversos estudos de diagnóstico e avaliação de programas e políticas públicas, participou na realização de planos de natureza regional e local. Desenvolveu actividades de investigação, monitorização e consultoria na área do planeamento regional e urbano e nas temáticas do risco, marginalidade e delinquência juvenil e da insegurança urbana.

A actividade profissional tem sido desenvolvida nas áreas do ensino, investigação e consultoria, tendo publicado, em colaboração, artigos em revistas nacionais e livros sobre temas relacionados com o planeamento e inserção social urbana.

Despacho conjunto n.º 14/2006. — Nos termos da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, ao abrigo do n.º 3 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 321/2002, de 31 de Dezembro, na redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 115/2004, de 15 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — É exonerada do cargo de vogal não executivo do conselho directivo do Fundo Remanescente do Chiado a licenciada Ana Maria de Matos Gonçalves.

2 — A exoneração a que se refere o número anterior fica a dever-se à necessidade de alteração do perfil de gestão do referido Fundo, considerando o objectivo de imprimir nova orientação à gestão dos seus serviços.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, por motivos de urgente conveniência de serviço.

6 de Dezembro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 314/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar

concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o tenente-coronel ART (19881486) Vítor Hugo Dias de Almeida, por um período de 365 dias, em substituição do tenente-coronel CAV (NIM 03234984) Nuno Gonçalo Vitória Duarte, para desempenhar funções de director técnico do projecto n.º 2, «Instituto Superior de Ensino Militar», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 315/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo Estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 80 dias, a partir de 4 de Dezembro de 2005, a comissão do TCOR INF (04155482) Jorge Manuel Ferreira Pereira, no desempenho de funções de director técnico do projecto n.º 3, «Apoio à organização e funcionamento da Academia Militar», inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

21 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Despacho (extracto) n.º 316/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Dezembro de 2005:

Vítor Hugo de Sousa Cardoso — nomeado, em comissão de serviço, precedendo concurso, auxiliar administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas, do Ministério da Defesa Nacional, com efeitos a 20 de Dezembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2005. — A Directora-Geral, *Clarinda Mendes de Sousa*.

MARINHA

Direcção-Geral da Autoridade Marítima

Comando-Geral da Polícia Marítima

Aviso n.º 107/2006 (2.ª série). — *Concurso para ingresso no curso de formação de agentes da Polícia Marítima.* — 1 — Nos termos do Decreto Regulamentar n.º 53/97, de 9 de Dezembro, faz-se público que, por despacho de 22 de Novembro de 2005 do comandante-geral da Polícia Marítima, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis contados a partir da data de publicação no *Diário da República* do presente aviso, concurso para ingresso no curso de formação de agentes estagiários da Polícia Marítima, com vista ao preenchimento de 30 lugares de agentes de 3.ª classe e dos que vierem a ocorrer durante o prazo de validade do concurso.

2 — Nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do referido decreto regulamentar, o concurso é válido pelo prazo de dois anos contados a partir da data da publicação no *Diário da República* da lista de classificação final, podendo ser prorrogável, por igual período, através de despacho devidamente fundamentado.

3 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de Setembro;

Decreto Regulamentar n.º 53/97, de 9 de Dezembro;

Despacho n.º 3283/2005, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 15 de Fevereiro de 2005;

Portaria n.º 790/99, de 7 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 1157/2000, de 7 de Dezembro, e 1195/2001, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, que alterou o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, e republicou em anexo, com as alterações introduzidas, o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV).

4 — Local de trabalho e remuneração:

4.1 — As vagas a concurso destinam-se ao preenchimento de lugares vagos nos órgãos do sistema da autoridade marítima do continente, Açores e Madeira.

4.2 — Durante o curso, os agentes estagiários serão remunerados de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de Setembro.

5 — Admissão — são admitidos a concurso os que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:

5.1 — Ter nacionalidade portuguesa;

5.2 — Não ter menos de 21 nem mais de 28 anos de idade, completados até ao fim do ano em curso, salvo nas seguintes situações:

- Ao militar que tenha prestado serviço militar na situação de regime de contrato (RC) esse tempo de serviço será abatido na idade cronológica do candidato, tal como decorre do n.º 1 do artigo 47.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar no Regime de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV), alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, que alterou o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro;
- O serviço militar a que se reporta a alínea anterior será comprovado pelo respectivo ramo das Forças Armadas onde o mesmo foi prestado, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 53.º do mesmo Regulamento;
- O direito previsto na alínea a), nos termos conjugados do n.º 3 do artigo 45.º e do n.º 5 do artigo 30.º do já citado Regulamento, extingue-se após um período de seis anos a contar da cessação do contrato com as Forças Armadas;

5.3 — Ter pelo menos 1,60 m ou 1,65 m de altura, respectivamente para candidatos do sexo feminino ou masculino;

5.4 — Possuir a robustez física necessária para o desempenho da função de agente da Polícia Marítima, não sofrer de doença contagiosa e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

5.5 — Ter como habilitações literárias mínimas o 9.º ano de escolaridade ou equivalente (a equivalência deverá ser comprovada por documento autêntico ou autenticado do Ministério da Educação);

5.6 — Não ter sido condenado por qualquer crime doloso;

5.7 — Ter bom comportamento moral e civil;

5.8 — Não ter sofrido mais de uma reprovação em concursos anteriores para a Polícia Marítima;

5.9 — Não estar abrangido pelo estatuto de objector de consciência;

5.10 — Sendo candidato masculino, ter a situação militar regularizada e não ter averbadas quaisquer punições durante o cumprimento do serviço militar;

5.11 — Os candidatos nascidos posteriormente ao ano de 1986 devem apenas apresentar documento do recenseamento;

5.12 — Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata.

6 — Métodos de selecção:

6.1 — Os métodos de selecção são todos eliminatórios, sendo sucessivamente aplicados da seguinte forma:

- Provas físicas;
- Prova de conhecimentos de língua inglesa;
- Prova de expressão escrita;
- Exame psicológico de selecção;
- Inspecção médica perante uma junta médica.

6.2 — Provas físicas:

- As provas físicas e forma de execução constam do anexo II ao despacho n.º 3283/2005, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 15 de Fevereiro de 2005;
- Os riscos resultantes das provas físicas são da inteira responsabilidade dos opositores ao concurso, podendo, se assim o entenderem, ser cobertos por seguro de responsabilidade civil, a contratar por cada um dos concorrentes;
- O resultado das provas físicas será expresso por *Apto* ou *Inapto*;